

Lei Ordinária nº 997/1997

Cria o Conselho Municipal da Alimentação Escolar na estrutura organizacional básica da Prefeitura de Camapuã e dá outras providências.

ERALDO HOLOSBACK ALVES AZAMBUJA, Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 18 de março de 1997

Art. 1º. - Fica criado na estrutura organizacional básica da Prefeitura de Camapuã o Conselho Municipal da Alimentação Escolar (CMAE/Camapuã), observado o disposto na Lei Federal n. 8.913, de 12 de julho de 1994, como órgão superior de deliberação colegiada, fiscalizador e de assessoramento, de caráter permanente, responsável pelas questões referentes à municipalização da merenda escolar.

Art. 2º. - Compete ao CMAE/Camapuã:

- I assessorar o Poder Executivo no desenvolvimento das ações formuladas pelo Programa da Alimentação Escolar, com vistas a assessorar o padrão de qualidade dos alimentos adquiridos.
- II fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar.
- III participar da elaboração dos cardápios do Programa da Alimentação Escolar, respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola de Camapuã, dando preferência aos produtos "in natura" da região.
- IV acompanhar, controlar e avaliar o armazenamento e a distribuição da alimentação escolar nos estabelecimentos de ensino envolvidos no Programa.
- V realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre o Programa da Alimentação Escolar.
- VI colaborar na apuração de denúncias sobre irregularidades no Programa da Alimentação Escolar.
- VII zelar pela efetivação e consolidação do Programa da Alimentação Escolar no Município.
- **VIII -** elaborar o seu regimento interno.

Art. 3º. - O CMAE/Camapuã será composto:

- I pelo Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na qualidade de seu presidente.
- II por um representante da Secretaria Municipal das Finanças.

- III por um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social.
- IV por um representante da Secretaria Municipal de Saúde.
- **V** por um representante da entidade representativa dos professores municipais.
- VI por um representante de Associação de Pais e Mestres da Rede Municipal de Ensino.
- **VII -** por um representante da entidade representativa dos trabalhadores.
- **VIII -** por um representante da entidade representativa dos comerciantes de Camapuã.
- Parágrafo único. Cada membro titular terá um suplente da mesma categoria representada.
- **Art.** 4º. Os membros titulares e suplentes do CMAE/Camapuã serão nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, sendo a função de Conselheiro considerada serviço público relevante.

Parágrafo único. - Os conselheiros exercerão seus mandatos sem remuneração.

- **Art. 5º. -** O regimento interno do CMAE/Camapuã, será aprovado por Decreto do Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação ao Prefeito Municipal e disporá sobre a estrutura, organização, funcionamento, atribuição de seus dirigentes, instalação e demais disposições pertinentes.
- **Art. 6º. -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para atender às despesas decorrentes da implantação desta Lei, observadas as disposições da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.
- Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 18 de março de 1997.

Eraldo Holosback Alves Azambuja

Prefeito Municipal de Camapuã